

# Um Breve Revisar de Literatura sobre a Teoria das Representações Sociais

## A Brief Review of Literature on the Theory of Social Representations

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon<sup>a\*</sup>; Pétala Gonçalves Lacerda<sup>a</sup>; Nilsen Aparecida Vieira Marcondes<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Universidade de Taubaté, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Desenvolvimento Humano. SP, Brasil.

<sup>b</sup>Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

\*E-mail: edna.chamon@gmail.com

---

### Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir informações já publicadas sobre um dos referenciais teóricos voltados à produção de conhecimentos interdisciplinares e caracterizado, também, como ferramenta para a intervenção prática, qual seja, a Teoria das Representações Sociais. Em se tratando da metodologia, este estudo se apresenta como qualitativo, descritivo e bibliográfico. Os resultados deste estudo teórico demonstram que este referencial teórico contribui no desenvolvimento de diversas pesquisas de âmbito interdisciplinar. Conclui-se que a Teoria das Representações Sociais se refere a conhecimentos, que consideram o repertório individual, a troca social e a subjetividade, sendo uma importante forma de elaboração de saber.

**Palavras-chave:** Referencial Teórico. Representações Sociais. Revisão de Literatura.

### Abstract

*This article aims to discuss information already published on one of the theoretical framework focused on production and interdisciplinary knowledge characterized also as a tool for practical intervention, namely the Theory of Social Representations. In terms of methodology, this study presents itself as qualitative, descriptive and bibliographic. The results of this theoretical study demonstrate that this theoretical framework contributes to the development of several studies in an interdisciplinary context. It is concluded that the theory of social representations refers to knowledge that consider the individual repertoire, social exchange and subjectivity, being an important form of preparation to know.*

**Keywords:** *Theoretical Framework. Social Representations. Literature Review.*

---

## 1 Introdução

Considera-se relevante a reflexão sobre o referencial teórico denominado de Teoria das Representações Sociais, porque primeiramente se constata a amplitude de seu alcance na ambiência das pesquisas interdisciplinares; e segundo, em vista de sua contribuição, enquanto produtora de conhecimentos, caracterizada também como ferramenta para a intervenção prática.

A Teoria das Representações Sociais (RS) é proposta por Serge Moscovici, quando na elaboração de sua tese de doutorado publicada no ano de 1961, intitulada: *La psychanalyse, son image et son public*. O autor busca identificar as representações sociais da psicanálise, analisando como um grupo se apropria de um conhecimento, apreendendo e transformando-o em uma modalidade de conhecimento. Logo, a maneira como as pessoas percebem o mundo, se familiarizam com as coisas, através de palavras, de ideias e de imagens contribuem para a construção de suas representações, as quais interferem na maneira como se comportam e agem (MOSCOVICI, 1978).

Diante disso, objetiva-se com este estudo teórico discutir informações já publicadas sobre a Teoria das Representações Sociais.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Metodologia

Em se tratando da metodologia, este estudo se apresenta quanto à forma de abordagem do assunto, como qualitativo, do ponto de vista de seus objetivos, como descritivo e com relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfico.

### 2.2 Discussão

#### 2.2.1 Teoria das Representações Sociais... Em termos conceituais em que consiste?

Castro (2002) ao se referir à Teoria das Representações Sociais afirma que Moscovici parte da noção de representações coletivas propostas por Durkheim. Trata-se de um conceito sociológico, no qual a condição de existência de um pensamento organizado é referente à vida social, que se impõe aos indivíduos. Durkheim concebia que as representações coletivas privilegiavam fenômenos psíquicos específicos, tais como a ciência, os mitos e a ideologia, sendo que seu caráter estático não favorecia as características das sociedades contemporâneas as quais, influenciadas pela rapidez na circulação de representações, não consideravam a construção de um pensamento social para os sujeitos. Assim,

Moscovici propõe a elaboração de um conceito psicossocial, no qual o objetivo seria dialetizar as relações entre indivíduo e sociedade (MAZZOTI, 2008). Desta forma, a teoria das Representações Sociais contribui para uma nova perspectiva em psicologia social, que considera o sujeito autônomo.

De acordo com Chamon e Chamon (2007), a psicologia social surgiu como ciência autônoma no século XIX, opondo-se a dicotomia entre o individual e o social. Assim, os estudos em psicologia social eram concebidos, a partir do abandono da relação binária sujeito-objeto e da recusa em declarar a psicologia social como prolongação ou complemento, tanto da psicologia, quanto da sociologia. Para esses autores, os estudos em psicologia social buscavam entender como o conhecimento é construído e integrado pelo indivíduo e como suas condutas são moduladas por este conhecimento. Assim, várias teorias e conceitos foram propostos, buscando responder a estas questões, como por exemplo: a teoria da personalidade, a categorização social, a teoria do engajamento, entre outras.

É nesta perspectiva que a Teoria das Representações Sociais implica em mudanças na psicologia social. O ponto de vista de que o objeto de estudo são as interações sociais e que a unidade de análise é o indivíduo sofre uma alteração. O indivíduo deixa de ser a unidade essencial de análise e passa a ser o sujeito coletivo, como explicam Chamon e Chamon (2007).

A noção de representações sociais procura afastar as visões tanto sociologizante de Durkheim, quanto a visão psicologizante da psicologia social da época. Para isto, Moscovici diferencia de representações sociais os conceitos de mito, de ciência e de ideologia e associa tais representações aos conceitos de natureza psicológica como a opinião, a atitude e a imagem. Desta maneira, Moscovici reforça a existência de um estímulo externo às representações sociais, além de relacionar a este estímulo a resposta do indivíduo, tornando assim indissociável o universo externo e interno do sujeito. Com isso, formaliza-se a perspectiva de construção da representação social, rejeitando a ideia de simples passividade na reprodução de um objeto dado.

De acordo com Moscovici (1978, p.50):

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aquele e estas, e não de uma reprodução destes comportamentos ou destas relações.

Logo, a compreensão do mundo por meio do senso comum é a forma como se constrói a Teoria das Representações Sociais, considerada como dinâmica, uma vez que as representações estão em constantes mudanças. A representação social pode ser apreendida por meio de alguém que representa algo sobre alguém ou alguma coisa, existindo assim a relação entre o sujeito e o objeto.

A compreensão sobre a representação deve ser considerada por meio de um processo de pensamento no qual sujeito e objeto se relacionam. Representação Social, portanto, trata-se

de um conceito teórico, que visa compreender a concepção que um grupo faz de conceitos científicos por meio do senso comum (JODELET, 2001). Desta forma, as representações sociais são impregnadas de significados geradas pela elaboração destas, e ao mesmo tempo se relacionam a prática, pois a realidade das representações sociais são mais fáceis de se compreender que o conceito. Conforme Moscovici (1978), a representação social é uma forma de conhecimento em que o sujeito procura adaptar o conhecimento científico às suas necessidades, por meio dos recursos de que dispõe.

Moscovici (1978, p. 26) apresenta o conceito de representações sociais afirmando que: “[...] em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.” O autor enfatiza que as representações têm papel fundamental na construção dos *comportamentos* de um determinado grupo e que estas compõem uma modalidade de *conhecimento* peculiar ao grupo, e que, tanto esse quanto aqueles são construídos e transmitidos por meio da *comunicação* entre os indivíduos, indivíduos esses pertencentes ao grupo social em questão.

Guareschi (2010), ao tratar da conceituação de representações sociais, afirma que as mesmas se constituem em uma *realidade* construída pelo grupo e que são como *tijolaços de saberes*, os quais constroem o mundo social. Segundo o autor, é preciso compreender que essas representações não são o mundo real, mas se configuram como uma construção simbólica desse mundo e que, para o grupo, representa a própria realidade. Assim, essas representações não se constituem de *abstrações* elaboradas sobre o mundo vivido, mas constituem a própria *realidade* do mundo vivido, conforme concebida pelo grupo.

Para Guareschi (2010, 2012), o conceito de representações sociais é permeado pela dinamicidade e pelo caráter explicativo, tanto da realidade social, quanto do contexto físico e cultural, sendo portador de aspectos históricos e transformadores. O conceito possui uma dimensão uníssona e vibrante das questões culturais, cognitivas e valorativas, ou seja, ideológicas. As representações sociais estão imersas nos objetos e nas mentes dos sujeitos. Portanto, trata-se de um conceito eminentemente relacional e, conseqüentemente, social.

Jodelet (2001) afirma que se trata de uma forma de conhecimento elaborado e partilhado pelo grupo e que tem um objetivo prático. Desta forma, contribui para a construção de uma realidade comum ao grupo. A autora defende que as representações sociais estão inseridas no campo de conhecimento do senso comum, também chamado de *saber ingênuo* ou *saber popular*. E, mesmo estando em oposição ao saber científico, não são dotadas de menor importância, sendo atualmente reconhecidas pela comunidade científica como objeto legítimo de estudo.

Não obstante as representações sociais possam ser

reconhecidas como sabedoria proveniente do senso comum ou ainda caracterizadas como entendimento pueril ou instintiva e distintas, do saber científico, esta formatação de conhecimento é, todavia considerada como escopo de estudos e pesquisas tão legítimos, quanto o conhecimento científico. E isso em virtude de dois aspectos: primeiro dado a sua relevância no contexto social, enquanto possibilitadora de esclarecimentos, bem como propulsora do desenvolvimento cognitivo e das relações sociais; e segundo por se tratar de um formato de conhecimento, socialmente construído e socializado, portador de um enfoque prático e que coopera na edificação de um contexto único a um grupo social (JODELET, 2001).

Em Moscovici (2003), as representações sociais superam a noção de *conceito* e alcançam o status de *fenômeno*, quando envolvem tanto conceitos sociológicos quanto psicológicos e conferem características de dinamismo e multiplicidade nas ideias socialmente elaboradas e partilhadas pelo grupo. Desta forma, as representações sociais partem de conceitos científicos, mas são elaboradas por meio do senso comum. O conhecimento científico é o que se considera como oficial, porém o conhecimento do senso comum promove outro direcionamento, baseado em vivências, conhecimentos e aprendizados. Trata-se de um objeto social, que se transforma em um conceito disponível na sociedade. Com isso, pode-se dizer que as representações sociais se inserem na interface de dois universos: o universo reificado, o qual é representado pelo pensamento científico; e o universo consensual, representado pelo pensamento comum.

### 2.2.2 Entendendo os universos: reificado e consensual

Moscovici (2010) propõe a existência de duas categorias de universos, aos quais denominou universos: *consensual* e *reificado*. O autor explica que no universo *consensual*, o corpo social, ou seja, a sociedade é uma realidade concreta, uma criação em visível continuidade e consolidação, a qual possui sentido e finalidade, dotada de voz humana, desenvolvendo-se em conformidade com a existência humana e, ainda, se comportando em suas ações e reações, enquanto ser humano. Diferentemente, no universo *reificado*, o autor coloca que o corpo social é convertido em um conjunto de elementos sólidos, básicos, invariáveis, ou seja, a sociedade se configura como um aglomerado de instituições sem identidade e desprendidas da individualidade.

O universo reificado apresenta uma perspectiva indiferente à individualidade, pois se trata de uma visão de sociedade objetiva e massificada. Esse universo é compreendido como externo à elaboração social do indivíduo e, assim, se refere à ciência elaborada dentro de seus parâmetros. No universo consensual existe a possibilidade de criação e de reinterpretações dos acontecimentos, possibilitando ao indivíduo atuar dentro de suas referências sociais e subjetivas. Assim, o indivíduo contribui, no grupo, para a formação de determinados conceitos, os quais são construídos por meio da interação cotidiana (MOSCOVICI, 2012a).

Arruda (2002) pontua que a Representação Social se constitui a partir da diversidade das sociedades, em que há diferentes concepções sobre o mesmo objeto, sendo uma forma de realizar uma releitura da realidade. Consiste em uma forma de construção do conhecimento que parte da experiência prática e da interação entre as pessoas, bem como a subjetividade que permeia tais interações.

Anterior aos estudos de Moscovici havia uma dicotomia entre esses dois universos, uma polarização, que determinava que no universo reificado existisse uma origem social, objetiva e material. Com isso, no universo reificado considerava-se que nele habitavam os elementos tidos como sagrados e que eram dignos de respeito, veneração e crédito, mantendo-se longe das atividades consideradas intencionais e humanas. Já no universo consensual, a sua gênese era com base no individual, no psicológico, no subjetivo e imaterial. Desta forma, encontrava-se no mundo profano no qual as atividades consideradas corriqueiras e utilitaristas eram realizadas, sendo assim, nada havia em comum com as ciências do universo objetivo, as quais eram concebidas como sagradas, e as ciências do universo subjetivo, consideradas profanas. Conjecturava-se apenas a possibilidade de transposição de conhecimentos de um universo para outro (MOSCOVICI, 2012a).

A Teoria das Representações Sociais se encontra no ponto de intersecção entre esses universos, pois conforme Mazzotti (2008), Moscovici ao buscar um distanciamento tanto da perspectiva sociologizante quanto do ponto de vista psicologizante, para posteriormente aproximá-las novamente e demonstrar que as duas estão interconectadas e que são interdependentes, confronta esses dois universos. Jodelet (2005) complementado a ideia de dialetização, destes dois universos, afirma que no grupo é possível observar como se originam e atuam as representações em contexto social e mental específico. Esse deslocamento de todo o conhecimento científico determinado e validado possibilita a edificação de um novo saber designado a dominar as referências, conceitos e informações da experiência objetiva e da vivência íntima, mas que, em alguns aspectos, estará em descompasso retrógrado ou em antítese com os saberes de sua coetaneidade.

Portando, o interesse de Moscovici pelos conhecimentos do senso comum surge do fato de considerar que os mesmos são derivados da razão, assim como os conhecimentos científicos, não obstante, pertencerem a diferentes tipos de pensamentos e métodos distintos para a produção desses conhecimentos. Por isso: “[...] quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga a sociedade, ou os indivíduos, a sua cultura, a sua linguagem, ao seu mundo familiar” (MOSCOVICI, 2010, p.322).

Porém, apenas pertencer ao senso comum não faz com que um objeto seja considerado representações sociais de um grupo. A condição inicial para que as representações sociais se formem é que siga os passos do pensamento conceitual e com a atividade perceptiva do grupo em relação ao objeto

(MOSCOVICI, 2010).

### 2.2.3 A formação das representações sociais: critérios, condições e funções

Jovchelovitch (2004, 2011) apresenta como definição de *representação* – tornar presente, por meio do uso de símbolos, o que está de fato ausente. Assim, a representação é uma ação que sugere um trabalho simbólico, o qual possui o poder de significar e de construir sentido, e esta ideia de construção simbólica da realidade além da dimensão cognitiva também implica as dimensões afetiva e social.

Essa necessidade de representar, de buscar a familiaridade do que é estranho e situar algo no universo do senso comum, surge como uma resposta à: “[...] ameaça de perder os marcos referenciais, perder o contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável” (MOSCOVICI, 2012a, p.56).

De acordo com os autores Chamon e Chamon (2007), para que o objeto social possa ser representado alguns critérios operacionais permitem classificá-lo como passível de representação. O primeiro deles é que esteja *ausente* para os sujeitos, e segundo, que este objeto seja *significativo e represente um conflito* para o grupo. Desta forma, e diante da necessidade de integrá-lo de forma figurativa, buscando a familiaridade com o seu universo consensual, surge a comparação, que é uma forma de representação.

Logo, é a partir desses dois critérios, objeto ausente e significância e representação de conflito para o grupo, que objeto social será integrado no mundo consensual, de forma que a imagem unida à palavra ou à ideia desprende-se e se encontra livre em uma sociedade, sendo considerada como uma realidade concreta (MOSCOVICI, 2012b).

Para Moscovici (2012b), essas imagens que por sua capacidade de serem representadas foram selecionadas e fazem parte do repertório utilizado pelo grupo social, são denominadas de núcleo figurativo. Segundo o autor, esse núcleo consiste em um conjunto de imagens que, por sua vez, se transformam claramente em um conjunto de ideias. O autor explica que conforme a distinção entre imagem e realidade vai se diluindo e sendo esquecida, a imagem conceitual se destitui de seu caráter de signo para se converter na réplica da realidade, uma cópia no sentido mais restrito. A noção dessa imagem conceitual, bem como o contexto da qual ela emerge livra-se de sua característica abstrata e arbitrária para adquirir existência própria e quase física.

Outro aspecto importante e que também deve ser considerado como condição para a existência das representações sociais é que exista interesse por parte dos sujeitos para que a formação simbólica, transformada em imagem mental, aconteça no universo conceitual (MOSCOVICI, 2010). O Objeto desta forma deve representar um conflito para o grupo e servir como fonte de identificação para o mesmo (CHAMON; CHAMON, 2007).

Além desses dois critérios, para a classificação do objeto

enquanto passível de ser analisado, no âmbito da Teoria das Representações Sociais, quais sejam *objeto ausente* e significância e representação de conflito para o grupo, Moscovici (2010) define ainda que para a emergência dessas representações existem três condições. A primeira delas diz respeito à dispersão da informação; a segunda se refere à focalização; e a terceira condição está relacionada à pressão à inferência. Essas três condições se voltam, respectivamente, às informações sobre o objeto; à abordagem cognitiva dos sujeitos para apropriação dessas informações; e, ao posicionamento dos sujeitos quanto ao objeto.

Na dispersão da informação, existe algum tipo de conhecimento do objeto, mas não o suficiente para a compreensão do coletivo. Têm-se algumas impressões, mas nada que mantenha a homeostase. Nesse sentido, Chamon e Chamon (2007, p.125) declaram que: “[...] deve existir uma distância entre a informação utilizável pelos atores sociais e a informação que lhes seria necessária para atingir um ponto de vista objetivo”. E, ainda, nesta direção Moscovici (2012a, p.55) reforça que falta: “[...] necessariamente informações, palavras, noções para a compreensão ou descrição dos fenômenos que surgem em certos setores de nosso ambiente”.

Com relação à segunda condição para a emergência das representações sociais, tem-se agora a focalização. A focalização diz respeito ao interesse específico sobre alguns aspectos, o interesse sobre algo que ameaça e que coloque o indivíduo e o meio social em estado de alerta. Nesse sentido, Chamon e Chamon (2007, p.125) afirmam que a focalização “[...] representa a posição específica do grupo social em relação ao objeto. Isso determina um interesse particular por certos aspectos do objeto e um desinteresse por outros”.

Moscovici (2012a) propõe a ideia de que é por meio da focalização que o grupo reduz os significados apresentados pelo novo objeto, admitindo integrar o objeto ao seu universo consensual. As características do objeto que mais se aproximam daqueles significados anteriormente construídos são aceitas, quando o grupo focaliza. Assim, determinadas dimensões específicas do objeto já se encontram presentes no seu universo conceitual. Em contrapartida, os significados que podem configurar uma ameaça à sua unidade simbólica e conceitual, isto é, estranhos ao grupo são desconsiderados e esquecidos. E neste aspecto verifica-se que a qualidade na educação se apresenta como um objeto que se constrói por meio de vários fatores, sendo que os sujeitos tendem a focalizar seu interesse justamente naqueles que significam o alvo de seus esforços ou desafios.

Quanto à terceira condição para a emergência das representações sociais, qual seja a pressão à inferência, percebe-se que ela ocorre quando as pessoas precisam se posicionar perante o objeto e não possuem dados suficientes para isso. Por esse motivo, tendem a buscar referências em algo semelhante, já vivenciado. A pressão à inferência está relacionada à tomada de consciência dos sujeitos, sobre a necessidade em se posicionar sobre o objeto, pois o

mesmo possui uma importância para o grupo, sendo ainda urgente o desenvolvimento de conhecimentos a seu respeito (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

Questão de outra ordem diz respeito à função das representações sociais, e neste aspecto distinguem-se duas, conforme apresenta Moscovici (2012a). A primeira função das representações é que elas convenciam os objetos, isto é, dá-lhes forma definitiva e os localiza em uma determinada categoria. Assim, para o autor nenhuma pessoa está isenta das repercussões dos condicionamentos impostos por suas representações, linguagem ou cultura. “Nós pensamos através de uma linguagem, nós organizamos nosso pensamento através de um sistema que está condicionado tanto por nossas representações quanto por nossa cultura” (MOSCOVICI, 2012a, p.35).

A segunda função das representações sociais é que elas imprimem um caráter prescritivo nos objetos. Esse caráter prescritivo se relaciona a uma força que combina dois aspectos: a estrutura prévia que está presente antes mesmo do pensamento que se tem e a tradição, que determina o que se deve pensar. Desta forma: “[...] essas representações que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-presentadas” (MOSCOVICI, 2012a, p.37).

#### **2.2.4 A Ancoragem e a Objetivação no processo formativo das representações sociais**

A ancoragem e a objetivação são processos interdependentes, sendo que não se pode afirmar que exista uma hierarquia de um sobre o outro. Como são considerados partes de um processo, conclui-se que um depende da presença do outro e vice-versa. Por isso, eles ocorrem ao mesmo tempo e de maneira concomitante, apresentando-se em movimento, isto é, com uma relativa fluidez transformadora dos universos subjetivo, intersubjetivo e objetivo do grupo (MOSCOVICI, 2010).

Assim, por meio desses processos o grupo forma um universo particular, ou seja, consensual. Esse universo consensual formado pelo grupo é dotado de imagens, opiniões, crenças, valores e atitudes comuns, partilhadas. Porém, é importante destacar a dinamicidade do processo enfatizando que o objeto também sofre transformações e adquire um sentido para o grupo, integrando-se ao universo consensual dos mesmos (MAZZOTTI, 2008).

Com relação à ancoragem, Moscovici (2012a) afirma se tratar de um processo que transforma algo estranho em algo familiar promovendo a tentativa de trazer as ideias estranhas para uma categoria preexistente de imagens comuns. Com objetivo de não causar estranhamento, o familiar abarca o não familiar. Isso se justifica, porque tudo o que é desconhecido perturba o equilíbrio do grupo, sendo assim, o processo de ancoragem é responsável por neutralizar a ansiedade

provocada pelo desconhecido. Esse processo busca o equilíbrio, pois diante do desequilíbrio trazido pela novidade o grupo se vê forçado a reagir frente a esse desequilíbrio. Esse resgate do equilíbrio acontece, quando o processo de ancoragem proporciona uma: “[...] integração cognitiva do objeto representado dentro de um sistema de pensamento preexistente. Desse modo, os novos elementos de saber são colocados em uma rede de categorias mais familiares” (CHAMON; CHAMON 2007, p.135).

Essa familiarização na ancoragem acontece por meio da classificação de um objeto ou fenômeno que, sendo nomeado, abandona a esfera do desconhecido e se torna parte do repertório conceitual do sujeito. A classificação desse objeto o iguala com os demais objetos pertencentes àquela classe. A categoria preexistente se torna normativa: classificar um objeto é confiná-lo em determinados limites, é compará-lo aos outros objetos que compartilham os mesmos limites, é conferir-lhe identidade e significado (MOSCOVICI, 2010).

Arruda (2002) conceitua ancoragem como um processo, que busca significar e dar sentido ao objeto. A ancoragem diz respeito ao momento em que esse objeto é identificado no repertório individual, por meio da aproximação de categorias já conhecidas.

Chamon (2006) defende que existem três tipos de ancoragens: a ancoragem psicológica, a qual diz respeito às crenças ou valores gerais, que podem organizar as relações simbólicas com o outro; a ancoragem psicossociológica, a qual inscreve os conteúdos das representações sociais na maneira como os indivíduos se situam, simbolicamente, nas relações sociais e nas divisões posicionais e categoriais próprias de um campo social definido; e a ancoragem sociológica se referindo à maneira com que as relações simbólicas entre grupos intervêm na apropriação do objeto.

De acordo com Sá (1998), o processo de ancoragem reduz as ideias desconhecidas às categorias de ideias conhecidas. Assim sendo, existe uma busca por referências para o desconhecido em um repertório já familiar, e para tanto se utiliza de comparações. Essas comparações são necessárias para a compreensão e isso ocorre por meio de classificações e parâmetros de comparação.

Em se tratando da objetivação, Moscovici (2012b) defende que se trata de um processo que transforma algo subjetivo em algo objetivo, promovendo a externalização do que é subjetivo para o universo material de forma que as imagens se transformam em componentes da realidade, ao invés de componentes do pensamento. É isso porque o processo de objetivação torna a palavra que representa a realidade concreta, na realidade concreta que representa a palavra.

Para os autores Chamon e Chamon (2007, p.133): “A objetivação é o processo que torna concreto o que é abstrato, que materializa a palavra, que transforma o conceito em coisa e os torna intercambiáveis”. Madeira (2005) ao se referir à objetivação sustenta que esse processo cumpre o papel de

filtrar e condensar as informações pertinentes ao objeto de pesquisa. Para a autora, a ancoragem se expressa por meio da intervenção dos valores, das normas e dos símbolos os quais se repercutem nas condutas, que identificam o sujeito a um grupo.

Arruda (2002), parafraseando Moscovici (1978), reforça que o processo de objetivação é separado em três etapas: seleção e descontextualização do objeto de representação; focalização de alguns aspectos da informação, focalização esta considerada como o núcleo da representação; e, a naturalização, referindo-se à familiarização com o objeto o qual se torna mais próximo do conhecimento.

A imagem, formada a partir do conteúdo abstraído subjetivamente, adquire certa autonomia e *status* de realidade, pois quando: “[...] a imagem ligada à palavra ou a ideia se torna separada e é deixada solta em uma sociedade, ela é aceita como uma realidade, uma realidade convencional, clara, mas de qualquer modo uma realidade” (MOSCOVICI 2010, p.72).

Portanto, a distinção inicialmente existente entre a imagem e a realidade desaparece por meio do processo de objetivação, transformando-se a imagem em realidade. Assim, as imagens que foram representadas, comparadas com uma imagem já preexistente no repertório social e assimiladas, se integram ao que Moscovici (2010, 2012a, 2012b) denominou *núcleo figurativo*, conforme já citado anteriormente.

Dessa forma, estudiosos e pesquisadores que se interessem por determinado assunto dentro da sociedade, encontram mais facilmente aspectos relacionados ao tema, quando o mesmo faz parte ou esteja relacionado a um determinado *núcleo figurativo*. E ainda, um *núcleo figurativo* advindo das representações sociais pode se constituir também em paradigma e isso porque: “[...] não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado em várias situações sociais como um meio de compreender outros e a si mesmo, de escolher e decidir” (MOSCOVICI, 2010, p.73).

Mazzotti (2008, p.24) referindo-se a Moscovici (1978, 2003, 2010, 2011, 2012a, 2012b) afirma que uma das mais importantes contribuições da Teoria das Representações Sociais é “[...] compreender como o funcionamento dos processos cognitivos interferem no social e como o social interfere na elaboração cognitiva”.

Chamon (2014, p.307) afirma que: “[...] as representações têm influência sobre as práticas, estas, em retorno moldam ou reconstróem as representações”. Portanto, a intenção de promover mudanças na educação exige que os processos simbólicos sejam compreendidos e, desta forma, que os sistemas de referências, que norteiam as ações e condutas sejam identificados para serem reconstruídos.

### 3 Conclusão

Verificou-se, portanto, que a Teoria das Representações Sociais reforça a importância da compreensão de que os conhecimentos elaborados, por meio de representações não se apresentam como uma simples descrição dos fenômenos, mas

sim como produções decorrentes das interações humanas, as quais emergem no mundo no qual as pessoas se encontram, sob a égide de circunstâncias, paixões humanas e interesses nos quais o grupo está engajado.

Desta forma, conclui-se que a Teoria das Representações Sociais se refere a conhecimentos que consideram o repertório individual, a troca social e a subjetividade, sendo uma importante forma de elaboração de saber. E, conforme apresentado neste artigo, essa Teoria comporta dois critérios para a existência de um objeto de representação social, três condições para a emergência dessas representações e possui duas funções.

Por fim, como considerações finais se acrescentou a conceituação de ancoragem e objetivação, entendendo que por intermédio dos processos de ancoragem e objetivação o grupo tende a buscar o equilíbrio diante do novo. Afinal, esse novo conhecimento que ora é imposto precisa ser assimilado, e essa assimilação exige uma reação frente à sensação de estranheza, que o não familiar e desconhecido provoca.

### Referências

- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cad. Pesq.*, v.32, n.117, p.127-147, 2002.
- CASTRO, P. Notas para uma leitura das representações sociais em Serge Moscovici. *Rev. Anál. Soc.*, v.37, n. 164, p.949-979, 2002.
- CHAMON, E.M.Q.O. Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. *Rev. Estud. Pesq. Psicol.*, v.6, n.2, p.21-33, 2006.
- CHAMON, E.M.Q.O.; CHAMON, M.A. Representação social e risco: uma abordagem psicossocial. In: CHAMON, E.M.Q.O. (Org.). *Gestão de organizações públicas e privadas: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.
- CHAMON, E.M.Q. O. Representações sociais da formação docente em estudantes e professores da Educação Básica. *Rev. Quadrim. Assoc. Bras. Psicol. Escolar Educ.*, v.18, n.2, p.303-312, 2014.
- DESCHAMPS, J.C.; MOLINER, P. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GUARESCHI, P.A. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: GUARESCHI, P.A.; HERNANDEZ, A.; CÁRDENAS, M. (Org.) *Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010. p.77-92.
- GUARESCHI, P.A. *Psicologia social crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: edIPUCRS, 2012.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- JODELET, D. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Rev. Psicol. Soc.*, v.2, n.16, p.20-31, 2004.
- JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MADEIRA, M. C. Representações sociais e processo discursivo.

- In: MOREIRA, A.S.P. (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB, 2005, p.459-469.
- MAZZOTI, A.J.A. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Rev. Múltiplas Leituras*, v.1, n., p.18-43, 2008.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p.29-110.
- MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOSCOVICI, S. Psicologia das minorias ativas. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2012a.
- MOSCOVICI, S. *A psicanálise: sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012b.
- SÁ, C.P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.